Perspectivas para o Desenvolvimento Rural Sustentável

Everton Marcos Batistela
Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNIOESTE e Mestre em Sociologia Área de concentração em Sociologia das Organizações pela Universidade Federal do Paraná UFPR. Atua como professor nos cursos de Administração e Pedagogia da Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu VIZIVALI de Dois Vizinhos Pr.; no curso de Pedagogia da Faculdade Palas Atena de Chopinzinho Pr. e no curso de Administração da Faculdade Educacional de Pato Branco FADEP. Desenvolve pesquisas na área de Meio Ambiente e Desenvolvimento. E-mail: embatistela@bol.com.br

Resumo:
O presente artigo delineia-se no sentido de uma abordagem das características e dos condicionantes das novas perspectivas emergentes para o desenvolvimento rural. Entende-se, assim, que o momento histórico atual brasileiro passa por significativas discussões e tentativas de reformulação das vias do processo desenvolvimentista, especialmente, para esse caso, do desenvolvimento rural. Nesse sentido, procederemos à uma análise dos principais aspectos contidos na proposta do desenvolvimento rural sustentável, tentando demonstrar seus aspectos inovatórios e os níveis de superação da proposta emergente com vistas ao modelo tradicional de desenvolvimento rural. Analisaremos, assim, as perspectivas centrais contidas na proposta do desenvolvimento local, integrado e sustentável para o meio rural, na condição de um novo modelo forjado da necessidade de novas perspectivas desenvolvimentistas condicionadas pela crise e obsolescência do modelo tradicional historicamente implementado.

Palavras-chave: Ecologia; Sustentabilidade; Desenvolvimento rural; Desenvolvimento sustentável.

Abstract:
The present paper outlines istelf to the meaning of an approach of the caracteristics and the conditions of new emergent perspectives to the rural development. Therefore, we understand that the present Brasilian historic moment passes for significant discussions and atempts of reformulations of the way of the developmentalist process, especially, in this case, the rural development. In this sense, we are going to procedure to an analysis of the main aspects of the sustainable rural development, trying to show the innovator aspects and the overcome levels of the emergent proposal with the sight to the traditional model of rural development, we will analyse like this, the central perspectives conteined in the motion of the local development, integrated and sustainable to the rural enviroment, in the condition of a new model wrought buy the necessity of new developmentalist perspectives conditionated by the crisis and the failure of the traditional model historicly implemented.

Key-Words: Ecology; Sustainability; Rural development; Sustainable development.

1 - Introdução

O momento histórico atual brasileiro é signatário de um conjunto de transformações muito relevantes concernentes à (re)formulação e implementação de padrões de desenvolvimento. Ou seja, situamo-nos num momento histórico em que uma crise multifacetada leva-nos, impreterivelmente, ao encontro de discussões relativas aos novos rumos para o processo desenvolvimentista; que precisam ser estabelecidos com base em considerações avaliativas do padrão de

desenvolvimento historicamente vigente. Relativamente ao âmbito rural brasileiro e ao paradigma predominante de desenvolvimento rural, tal situação é particularmente notória.

Basicamente, tal situação fundamenta-se no fato de que o modelo de desenvolvimento rural historicamente implementado vem apresentando, gradativa e crescentemente, nas últimas décadas, sérias conseqüências e resultados danosos, especialmente com vistas à noção emergente de sustentabilidade. Isso fundamenta, evidentemente, uma significativa tentativa de reordenamento no viés desenvolvimentista, apontando-nos no sentido da construção do desenvolvimento rural sustentável.

Assim, podemos considerar que as tendências atuais de proposição de um *novo modelo de desenvolvimento rural* baseiam-se, essencialmente, em duas perspectivas. Por um lado, relevam-se as conseqüências do tradicional modelo de implementação do desenvolvimento rural, ou seja, a degradação do meio ambiente e dos recursos naturais e o agravamento dos problemas sócio-econômicos no campo, que conduziram a sérios questionamentos das vias tradicionais de promoção do desenvolvimento rural, e a esforços no sentido de propor um *modelo* menos degradante sob o duplo aspecto da ecologia e da equidade social. Por outro lado, em função das transformações estruturais em curso no meio rural, referentes às mudanças na dinâmica do trabalho e na conjuntura territorial e sócio-econômica, engendra-se uma nova perspectiva para a proposição de um *novo modelo de desenvolvimento rural*.

É este, em última instância, o contexto em que se originam as propostas pelo desenvolvimento rural sustentável. É fundamentado em tais transformações que se impõe a necessidade de formulação de novas estratégias de intervenção neste "novo mundo rural" que transforma-se estruturalmente e que condiciona a necessidade de novos parâmetros de desenvolvimento.

Esse é o aspecto central do processo de mudança das últimas décadas, que culmina com a necessidade inadiável de construção de mecanismos que facilitem a sustentação do processo desenvolvimentista, tanto em nível ecológico, de meio ambiente e recursos naturais, - através de novos parâmetros de relação e uso sustentado -, quanto social, com vistas à equidade social e econômica das populações do campo.

Delineia-se, assim, a proposta do *Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável*, como um novo modelo de promoção do desenvolvimento rural que incumbe-se da tarefa de *superação* do modelo dito convencional; ao mesmo tempo em que procura adequar-se estrategicamente às novas configurações e reordenamentos do rural; tendo em vista a construção de uma dinâmica de desenvolvimento passível de sustentação, com vistas à continuidade do processo de desenvolvimento para as gerações presentes e futuras.

Os objetivos desse trabalho concernem à uma tentativa de estabelecimento das perspectivas centrais da proposição de um modelo de desenvolvimento rural sustentável. O procedimento de trabalho se estabelece no sentido da apresentação do padrão tradicional de desenvolvimento, para, com isso, estabelecermos uma análise comparativa com o modelo emergente. Isso nos possibilitará vislumbrar as novas perspectivas para o desenvolvimento rural, ao mesmo tempo em que se estabelece uma avaliação prévia de seu surgimento, com vistas aos seus pontos de inovação e superação, relativamente ao modelo tradicional.

2 - A Dimensão *Local* do Desenvolvimento

Com relação às políticas de desenvolvimento, uma das principais características em suas emergentes configurações, está na tendência de

redefinição da ação do poder público, fundamentado, agora, no âmbito local. A transferência do campo de intervenção das políticas públicas para o âmbito da *localidade*, - que compreende uma noção determinada de territorialidade geográfica, social, cultural, política e econômica -, decorre, diretamente, de uma tendência de descentralização político-administrativa que vem sofrendo a noção de governabilidade e de intervenção política.

Segundo Abrúcio e Couto (1996:40-47), a partir do início da década de 1980 começa a entrar em crise o chamado Estado nacional-desenvolvimentista, cuja principal característica era alavancar o processo de desenvolvimento (econômico). Ou seja, a noção de Estado-nacional enquanto vetor principal da promoção do desenvolvimento entra num período de crise progressiva, que reclama uma redefinição em sua função desenvolvimentista, embasada numa tendência de descentralização da ação do poder público, dirigida, então, para o âmbito das especificidades locais.

Existem, obviamente, muitas razões subjacentes à essa tendência descentralizante. A ideologia neoliberal de reforma do Estado encontra, sem dúvida, lugar estratégico enquanto motriz de tais transformações. Segundo Bava (1996:54), é possível entender esse processo de descentralização governamental no sentido de que "... os Estados nacionais passam a transferir a gestão do conflito social e das carências para os governos municipais". Nesse sentido, então, a emergência da noção de desenvolvimento local responde, como constata Salgado (1996:48-52), à uma crise da noção corrente de crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento.

Ou seja, o Estado-nacional como promotor por excelência do desenvolvimento, entendido em termos de crescimento econômico, depara-se com a falência dessa sua função; tendo em vista que os níveis do crescimento econômico não refletem, propriamente, uma melhoria nos níveis de vida da

população, e, portanto, não promove, necessariamente, o desenvolvimento. Isso representa um dar-se conta de que "... as medidas do bem estar 'econômico' deixam de lado os aspectos sociais, políticos e espirituais do bem-estar humano, que não raro são os mais importantes" (STEER e LUTZ, 1993:20).

Nesse sentido, a esfera municipal, entendida como o espaço *local* de intervenção pública, passa a incumbir-se do papel protagônico da efetivação de uma nova noção de desenvolvimento. Os municípios passam, segundo Abrúcio e Couto (1996:40), a responsabilizarem-se pela dupla função de, por um lado, "assegurar condições mínimas de bem-estar social às suas populações" e, promover o desenvolvimento "com base em ações de âmbito local". Nestas transformações subentende-se o *reconhecimento* de que o desenvolvimento, em termos de crescimento econômico, não atendia demandas sociais básicas, como aquelas requeridas pelos movimentos sociais; estabelecendo-se, com isso, um vácuo entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social.

Na perspectiva de se conceber uma nova proposta de desenvolvimento rural, o aspecto da *localidade*, interagindo com as demais características da sustentabilidade e integração social e territorial, emerge como um dos seus aspectos fundamentais. A noção de desenvolvimento centrado essencialmente *no local*, apresenta-se com uma conotação essencialmente integracionista, alusiva à superação das carências específicas das localidades; e, de uma integração das especificidades locais, no sentido da formação de sinergias territoriais. Assim, o conceito de *local* adquire a conotação de alvo sócio-territorial das ações; não sendo, no entanto, propriamente, um espaço micro, podendo ser tomado como um município ou, inclusive, como uma região compreendendo vários municípios.

A noção de desenvolvimento local alude, portanto, à uma forma nova de empreendimento do desenvolvimento, em que as especificidades municipais,

regionais ou territoriais, são tratadas com maior proximidade, através de políticas específicas condizentes com o potencial desenvolvimentista próprio de cada local.

A perspectiva de um viés dirigido às especificidades locais num projeto de desenvolvimento rural encontra ressonância nas novas tendências relacionadas ao "mundo rural brasileiro". Segundo Campanhola e Graziano da Silva (1999:20), a tendência atual de superação do histórico contraste entre os espaços urbano e rural, aponta-nos para uma diferenciação do meio rural, no sentido de um fortalecimento das particularidades e perspectivas de cada local. Assim sendo, o corte urbano/rural, que tradicionalmente se observava nas perspectivas desenvolvimentistas, começa a ceder lugar a um enfoque localizado, realçando as potencialidades das economias locais. Desta forma, a noção de localidade, subjacente ao novo conceito de desenvolvimento, representa iniciativas de mobilização e organização social e política, no sentido de integrar os diferentes atores sociais e suas organizações, conjuntamente a possíveis instituições de desenvolvimento rural[1], para o envolvimento no processo de desenvolvimento local, centrado, fundamentalmente, nas especificidades da economia local.

Tendo em vista o aspecto estrutural de uma nova estratégia de desenvolvimento rural, que comporta, como fator central, o aspecto da sustentabilidade, a ênfase no *local* representa um meio de se assegurar o caráter sustentável do projeto desenvolvimentista. Considerando-se que desenvolvimento sustentável implica um processo em que fatores sociais, ecológicos, culturais, políticos e econômicos, dentre outros, estejam inter-relacionando-se de forma equilibrada, percebemos que a perspectiva localizada do desenvolvimento implica uma efetiva aproximação das condições necessariamente observáveis quando se

[1] ABRAMOVAY (1998c) analisa a constituição e o papel das chamadas instituições de desenvolvimento rural, que compreendem, segundo ele, iniciativas de cunho público ou privado orientadas para a valorização de perspectivas e potencialidades locais de desenvolvimento, formando o que o autor chama de *capital social dos territórios.*

tem em vista a sustentabilidade. A descentralização de políticas públicas, por exemplo, representa um aprimoramento, ao menos teoricamente, na qualidade de sua operacionalização, visto que se leva em conta a realidade específica de cada local. A estratégia do desenvolvimento no nível local, no âmbito propriamente das ações e reações específicas da localidade, condiciona às políticas públicas a possibilidade de reorientar seus objetivos; em contrapartida às políticas nacionais de caráter mais abrangente.

A tradicional centralização na implementação de políticas públicas no Brasil, com vistas ao desenvolvimento rural, trás consigo uma alienação em relação às circunstâncias específicas dos *espaços localizados*; que representa o espaço que reclama prioridade na incidência de tais políticas. Assim, quase sempre, as políticas públicas são concebidas e empreendidas setorialmente, o que significa uma desconsideração para com as condições específicas de cada localidade. Isso é particularmente notório se considerarmos que uma das medidas básicas da estratégia de *desenvolvimento local, integrado e sustentável* para o meio rural, reside, justamente, na necessidade de descentralização das políticas públicas, através da proposição de novas formas de planejamento e de gestão que incorporem projetos de interesse local.

Isso significa que, como constata Abramovay (1998ª:20), o meio rural não pode ser entendido sob uma ótica fundamentalmente setorial. Da mesma forma que as cidades não se reduzem às indústrias, o campo não pode ser reduzido à agricultura. Ou seja, políticas nacionalizadas e centralizadas, implementadas setorialmente, resultam em contrastes no processo de desenvolvimento rural, pois, privilegiam regiões, segmentos, atividades e produtos, estabelecendo disparidades e desigualdades sociais e econômicas.

Tal perspectiva é particularmente notória, haja vista que, segundo Campanhola e Graziano da Silva (1999:5) "... as políticas públicas geralmente são

elaboradas setorialmente e sem levar em conta os seus efeitos no desenvolvimento local. Essa fragmentação contribui para o avanço de alguns e para a estagnação de outros setores, agravando muito mais os desequilíbrios do que propriamente solucionando os problemas que geram as desigualdades sociais". Assim sendo, concluem os autores, "... deve-se pensar a elaboração de políticas com orientação inter-setorial; ou seja, que se fundamentem em instrumentos integradores das diferentes necessidades e preocupações econômicas, ambientais, políticas e sociais da comunidade de determinado local."

A descentralização de políticas de cunho desenvolvimentista representa, portanto, uma necessidade, de certa forma inerente, ao processo de transformação do "mundo rural". Isso significa uma inversão profunda no tocante ao sentido das políticas públicas para o meio rural, visto que estas, como é sabido, fundamentaram-se, quase sempre, em mecanismos de intervenção específica e setorializada[2].

As forças que congregam essa nova *dinâmica territorial* do desenvolvimento, emergem das múltiplas formas de organização dos atores sociais locais, de que, as organizações associativas dos agricultores familiares são um exemplo. A participação efetiva dos poderes e das organizações populares locais apresenta-se como condição do desenvolvimento local, já que, como constata MEPF/MA/INCRA/SDR (1999:2), "o foco no desenvolvimento local e regional exige efetiva descentralização das ações e democratização das decisões". Assim sendo, conclui o referido documento, "a mobilização dos agricultores familiares terá como base o nível local (...). O fortalecimento do *local* corresponderá ao 'alicerce' para o desenvolvimento municipal e microrregional" (Ibid. 1999:12).

---

[2] Segundo CAMPANHOLA e GRAZIANO da SILVA (1999:8), "na grande maioria das vezes a ênfase das políticas de combate à pobreza rural é setorial (ou seja, agrícola), com abordagem parcial dos problemas, o que tem contribuído para a manutenção da marginalização desse grande contingente".

Essa visão indica possíveis redefinições nos *vieses* tradicionais das políticas de desenvolvimento rural, na direção do reconhecimento do papel estratégico do desenvolvimento local para um desenvolvimento mais abrangente, e, inclusive, nacional.

3 - A Integração Territorial e Social do Desenvolvimento

Toda a problemática acerca da fundamentação do desenvolvimento dos espaços rurais a partir do *local*, conjugada às políticas públicas intersetoriais, com um condizente perfil descentralizado, remete-nos, por sua vez, à noção integrada do desenvolvimento. Isso se dá tanto no aspecto territorial (geográfico) quanto social, por meio das respectivas organizações dos atores sociais em nível local. Assim, na medida em que se avança no processo de descentralização das iniciativas de desenvolvimento, pelo enaltecimento das perspectivas e condicionantes locais; intensifica-se, de igual maneira, o aspecto integrado do desenvolvimento.

Esse caráter integrado resulta, em última instância, das próprias transformações transcorridas no âmbito rural. A emergência da noção de sustentabilidade supõe, essencialmente, um dinamismo integrado dos diferentes vetores, que agora congregam, conjuntamente, o processo de desenvolvimento. Decorre disso, por exemplo, que a tendência atual de superação dos tradicionais limites entre espaços (de atividade) urbano e rural, tendem a estabelecer novas configurações de possíveis delimitações entre rural e urbano, apontando para uma nova dimensão territorial do desenvolvimento. As formas de ocupação tendem a estabelecer uma relação de complementaridade entre atividades agrícolas e não-agrícolas, por exemplo; o que supõe, conseqüentemente, um nível adequado de integração econômica, social, política, cultural e etc.

A concepção de desenvolvimento integrado territorialmente delineia-se, portanto, em contraposição à estratégia convencional de desenvolvimento adotada historicamente no Brasil. Desenvolvimento foi sempre sinônimo de crescimento econômico, o que implica, segundo Saraceno (1996:6), a concepção de um "processo unilinear onde as diferenças territoriais eram vistas como disparidades de uma via única de desenvolvimento, que fundamentava-se numa tentativa de conduzir os territórios para as vias do desenvolvimento único e pretensamente homogêneo".

Assim, as políticas de desenvolvimento eram sempre as mesmas, independentemente das características próprias de cada região e do reconhecimento de que "as diferenciações territoriais são o resultado da inter-relação entre os aspectos sociais, econômicos, culturais e institucionais que caracterizam uma realidade determinada conjuntamente com as ligações variadas que ela tem com o resto do mundo" (Ibid. 1996:6-7).

Isso significa que a nova noção de desenvolvimento reclama prioridades para referências às especificidades locais que integram-se no sentido de estabelecerem uma determinada conjuntura territorial, que deve embasar as estratégias de desenvolvimento. Nesse sentido, como bem assinala Saraceno (1996:6), é preciso "abordar as políticas de desenvolvimento com uma lógica territorial em vez de setorial", de sorte que "as políticas de desenvolvimento rural deveriam ser territoriais e intersetoriais." A dimensão de integração territorial do desenvolvimento supõe, nesse sentido, uma reformulação profunda das políticas de cunho essencialmente dicotômico (o rural oposto ao urbano), já que o desenvolvimento rural foi visto, tradicionalmente, pela ótica do desenvolvimento agrícola e agro-industrial.

Conforme Abramovay (1998b:2), a idéia central subjacente à concepção de desenvolvimento territorialmente integrado é a de que

> o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico.

Segundo MEPF/MA/INCRA/SDR (1999:3), "no campo existem oportunidades de geração de renda capazes de promover melhor integração das populações que aí vivem à dinâmica urbana do que sua simples migração em direção às cidades". Nesse sentido, as novas diretrizes de políticas públicas propõem-se, segundo o referido documento, à "revalorização do mundo rural firmando-se numa nova concepção do desenvolvimento sócio-econômico, formulada mais num quadro territorial do que setorial. O rural não se confunde com o agrícola e a perspectiva setorial deve ser substituída pela perspectiva territorial, tendo como elemento central as potencialidades específicas de cada local."

Essa perspectiva nova para o empreendimento do processo desenvolvimentista é particularmente notória, pois, como bem constata Abramovay (1998a:17),

> ... é em torno dos territórios que poderão ser descobertas novas configurações entre cidade e campo, capazes de propiciar oportunidades de geração de renda até aqui adormecidas. Nesse sentido é que o meio rural pode ser encarado de maneira positiva não como o local onde se espera o momento de integrar-se na vida urbana, mas como a base de projetos capazes de motivar o surgimento local e regional de novas oportunidades.

De acordo com Bava (1996), a importância crescente que se atribui à dimensão descentralizada e localizada (e, portanto, territorializada) do desenvolvimento, assenta-se na alternativa de intervenção articulada de novos atores sociais e políticos, que buscam, - conjuntamente à reorientação na ação do Estado -, uma promoção direta da cidadania e da melhoria da qualidade de vida. Isso significa que a construção de novas vias de desenvolvimento passa, essencialmente, pela articulação da ação dos atores sociais, diretamente envolvidos no processo. A tentativa de construir uma nova estratégia de desenvolvimento rural passa, com uma ênfase ainda maior, pela organização social, já que, "o desenvolvimento deve ser acima de tudo um processo de reconstrução social, que deve se dar 'de baixo para cima', com a participação efetiva dos atores sociais" (CAMPANHOLA e GRAZIANO da SILVA, 1999:3).

A construção de uma estratégia de *desenvolvimento local, integrado e sustentável* para o meio rural constitui-se num processo micro-social de construção coletiva onde a integração social, fundamentada na noção de *localidade*, no sentido defendido por Carneiro (1997:70-82), forma a sua base. Ou seja, pela participação coletiva deve-se buscar sincronizar as necessidades

sociais com as oportunidades locais de desenvolvimento. Dessa forma, "as transformações em curso no meio rural brasileiro exigem não só medidas exclusivas de políticas públicas, no sentido do atendimento das novas demandas do meio rural, mas também uma nova estratégia de gestão social, que fortaleça o poder dos atores sociais" (FLORES e MACÊDO, 1999:5).

Tal perspectiva remonta ao entendimento de que a sustentabilidade do desenvolvimento fundamenta-se na realidade local de cada comunidade, onde acontece, efetivamente, as ações e reações dos atores sociais envolvidos diretamente na construção deste "novo mundo rural" em perspectiva de emergência. É nesse sentido que o associativismo redimensiona-se e cresce em importância junto aos agricultores familiares do sudoeste do Paraná, por exemplo, demonstrando novas formas de gestão social, com a participação efetiva de novos atores. Ou seja, o foco do desenvolvimento no âmbito localizado supõe o adensamento das necessidades e potencialidades locais, através da participação popular. O contexto atual deixa evidente que "a tendência é a organização associativa dos agricultores familiares, ou dos territórios onde eles estão localizados" (Ibid.1999:9).

4 - A Sustentabilidade do Desenvolvimento

As discussões em torno da sustentabilidade do desenvolvimento representam, hoje, uma das preocupações centrais dos governos de todo o mundo e de organizações preocupadas com o futuro da humanidade, e, de uma maneira geral, com o futuro do planeta e da biodiversidade.

Segundo Kitamura (1993:37-49), com a divulgação do relatório "Nosso Futuro Comum" em 1987, populariza-se, em todo o mundo, o conceito de desenvolvimento sustentável. As considerações acerca da sustentabilidade do

desenvolvimento tornam-se, hoje, imperativas, porque, em última análise, são o resultado de mudanças fundamentais que vem se processando, tanto no campo social e cultural, como, de um modo geral, numa nova *visão de mundo* que se constitui[3].

O aspecto sustentável de determinado modelo de desenvolvimento concerne, portanto, ao estabelecimento de um certo equilíbrio na dinâmica própria do processo desenvolvimentista. Ou seja, dever-se-á buscar, antes de tudo, uma relação equilibrada entre desenvolvimento social, cultural, político, econômico e ecológico, por exemplo.

Essa visão nova acerca do desenvolvimento, representa, sem dúvida, uma transformação extremamente significativa para a história da humanidade e, portanto, para as formas de suas relações sociais e com o meio ambiente e os recursos naturais. Significa, igualmente, a urgência de transformação nos *modelos* tradicionais de desenvolvimento que apostavam, contrariamente, numa relação desequilibrada e tendenciosa de desenvolvimento, enfatizando aspectos do processo, em detrimento de outros. Como sabemos, o modelo tradicional de desenvolvimento teve no aspecto econômico seu fator fundamental, prioritário. Isso significa que os aspectos sociais, culturais, ecológicos, e, em última instância, éticos, não constaram de maneira suficientemente importante na determinação dos planos do desenvolvimento até aqui implementado. Ou seja, priorizou-se a busca do crescimento econômico como estratégia auto-suficiente para a construção do desenvolvimento; entendendo-se, com isso, que o objetivo do crescimento econômico é uma meta que suplanta todas as outras.

---

[3] A respeito da emergência de uma "nova visão de mundo" como condicionante de todas as transformações profundas das sociedades atuais é esclarecedor o livro de CAPRA, Fritjof . **O ponto de mutação.** São Paulo: Cultrix, 1998.

Como salienta Trigo et al. (1993:53), "no paradigma predominante [de desenvolvimento], associa-se o nível de bem estar à disponibilidade de bens físicos e, portanto, são tomados o produto interno bruto *per capita* e sua taxa de crescimento como uma amostragem apropriada do esforço feito por uma sociedade a fim de fornecer bens a seus membros."

Isso reafirma a perspectiva básica da concepção predominante de desenvolvimento segundo a qual desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico, mesmo que às custas de um desequilíbrio gerado a partir da deterioração e degradação dos recursos naturais e da desagregação do tecido social. A emergência do conceito de desenvolvimento sustentável denota, pois, (a necessidade de) uma substancial transformação, ou, ao menos, uma tendência de transformação, no paradigma predominante que orienta os planos e estratégias de desenvolvimento. Evidentemente, os planos tradicionais de desenvolvimento rural foram marcados por esse viés que tende a priorizar, sistematicamente, o crescimento econômico. Em última instância, todos os planos de desenvolvimento rural basearam-se numa perspectiva economicista e mercadológica; o que significa uma desconsideração aos fatores que devem compor, - segundo a noção emergente de desenvolvimento -, em conjunto, o processo desenvolvimentista.

Se observarmos a tendência de favorecimento sistemático da agricultura patronal vinculada à monocultura e à grande exploração, inerente ao projeto tradicional de desenvolvimento rural, que resultou, principalmente, no agravamento dos níveis de insustentabilidade social e ambiental, entende-se, claramente, que tais problemas figuram como os resultados mais visíveis das políticas tradicionais de desenvolvimento rural empreendidas até aqui. Assim sendo, a via pela qual se desenvolveu a modernização da agricultura, direcionada exclusivamente para o aumento da produtividade, e a exclusão continuada de

segmentos pobres da população rural, conduziram a um modelo de desenvolvimento rural que culminou com a necessidade urgente de reformulação, em função do patamar insustentável nos campos ambiental e social, principalmente.

Segundo Steer e Lutz (1993:20), "uma compreensão melhor do desenvolvimento requer medidas desenvolvimentistas mais amplas, que englobem questões sociais, ambientais e de equidade". Nesse sentido, nos deteremos na análise de dois aspectos fundamentais implicados na sustentabilidade da nova proposta de desenvolvimento rural, que concerne à sustentabilidade ambiental ou ecológica, de modo mais amplo, e, à sustentabilidade ou equidade social, compreendendo, de um modo geral, as dimensões cultural e política, dentre outras.

4.1 - Sustentabilidade ecológica

A necessidade de se alcançar a sustentabilidade ecológica tornou-se, tanto no interior da comunidade científica, como nas opiniões correntes em geral, um objetivo imperativo, quando se tem em vista um modelo sustentável de desenvolvimento.

Em última instância, desenvolvimento sustentável quer dizer um modo de desenvolvimento que possa ser continuado. Ou seja, remete-nos a um modelo passível de sustentação e de manutenção de seus padrões ao longo do tempo. Essa compreensão do desenvolvimento decorre, basicamente, segundo Rees (1993:14-15), do entendimento de que a realidade planetária, tanto em termos de atividade humana quanto das condições ambientais, encontra-se subsumida à uma realidade maior, que nos propõe o entendimento do planeta, como um todo, enquanto um grande ecossistema. Nesse sentido, os condicionantes (tradicionais

ou não) do desenvolvimento, como a atividade econômica, por exemplo, passam a ser entendidos a partir de uma correlação direta com o ecossistema planetário (e com subsistemas), de sorte que sejam determinados a partir de uma visão de complementaridade, própria da estrutura dos ecossistemas.

Dessa forma, o fator econômico, enquanto aspecto central da visão tradicional de desenvolvimento, tende a figurar, não mais numa condição prioritária isolada, senão numa condição de interdependência com o conjunto dos componentes do ecossistema a que pertence[4]. Assim, deparamo-nos com o inusitado entendimento de que "a atividade econômica humana é um subsistema que opera dentro de um ecossistema mais amplo, porém finito. Caso este ecossistema seja perturbado (pelo esgotamento e pela poluição, por exemplo), haverá eventualmente distúrbios nos sistemas vitais em que a economia se apóia." (REES, 1993:14).

Assim sendo, a sustentabilidade ecológica de determinado modelo de desenvolvimento, especificamente, para o nosso caso, de desenvolvimento rural, tende a representar, no contexto histórico atual, um aspecto preponderante e necessariamente observável. Isso decorre, basicamente, da compreensão da interdependência fundamental entre todos os fatores implicados no processo desenvolvimentista; e, nesse sentido, do entendimento de que a degradação dos recursos naturais e do meio ambiente invalida a própria dinâmica do desenvolvimento. Os problemas ecológicos, amplamente relacionados ao modelo tradicional de desenvolvimento rural, centrado na produtividade e no crescimento econômico a qualquer custo, representam, hoje, um dos pontos principais que fundamentam o seu questionamento.

---

[4] A visão de uma interdependência fundamental entre os componentes de determinado ecossistema, ou, de um modo geral, do ecossistema planetário, pode ser encontrado de uma forma bastante detalhada no livro de CAPRA, Fritjof. *A teia da vida* (1999), bem como na obra de MATURANA, H. e VARELA F. *A árvore do conhecimento* (1995).

É fundamentado na perspectiva do elevado grau de degradação ambiental, patrocinado pelo modelo de modernização agrícola e seus mecanismos de difusão, que a sociedade brasileira, como um todo, e as políticas governamentais, especificamente, deparam-se com a necessidade de se pensar um modo alternativo de promover (efetivamente) o desenvolvimento rural, caracterizado, essencialmente, pela sustentabilidade. Ao mesmo tempo, segundo Veiga (1996:383-404), a imperiosidade do fator da sustentabilidade ecológica é um dos pontos cruciais que justificam a necessidade de eleição da agricultura familiar como a protagonista de um novo modelo de desenvolvimento rural.

4.2 Sustentabilidade Social

Desenvolvimento sustentável supõe pois, uma estrutura em que os elementos componentes da dimensão ecológica (isto é, ambiental) e os elementos componentes da dimensão social, dentre outros, formem a sua base. Devem ser entendidos como condicionados e condicionantes uns dos outros, de sorte que a sustentabilidade só pode ser alcançada quando tais aspectos encontrarem-se em equilíbrio.

Assim, de acordo com Cernea (1993:11), "a sustentabilidade deve ser 'construída socialmente', ou seja, é preciso buscar deliberadamente acordos de natureza social e econômica. Por isso devemos considerar a construção da sustentabilidade uma tarefa tríplice – simultaneamente social, econômica e ecológica".

Um *novo modelo* de desenvolvimento rural que pretenda caracterizar-se, fundamentalmente, pelo aspecto da sustentabilidade, que implica, simultaneamente, sustentação ecológica e sócio-econômica, deve partir, portanto, de uma redefinição profunda na visão que se tem da relação de tais

fatores. Pode-se dizer que o *modelo tradicional* de desenvolvimento rural, fundamentado no paradigma produtivista, apresenta graves deficiências no que tange aos aspectos pertinentes à dimensão da sustentabilidade social.

Segundo Baroni (1992:24), "o debate sobre sustentabilidade, que se iniciou na biologia (ou nas ciências biológicas) e vem extravasando para a economia, é bastante produtivo, pois coloca a nu a necessidade imperiosa de um novo paradigma social e econômico ou novo estilo de desenvolvimento, pois que o atual mostrou-se insustentável de diversas perspectivas ...".

Ou seja, a perspectiva da sustentabilidade sócio-econômica de um *novo modelo* de desenvolvimento para o meio rural implica, fundamentalmente, uma transformação no paradigma que tem orientado o *modelo tradicional*. A ênfase dada à difusão da modernização agrícola, através de mecanismos seletivos e excludentes de integração às transformações no "mundo rural", - como o modelo mais elaborado das políticas voltadas ao desenvolvimento rural -, conduziram a um patamar insustentável do *modelo predominante*, sob o prisma das condições sócio-econômicas.

Isso significa que a necessidade de um modelo diverso de desenvolvimento rural, implica, basicamente, uma transformação nas suas relações com o meio ambiente e os recursos naturais, conjuntamente à mudanças na relação sócio-econômica. Nesse sentido, é preciso edificar um novo estilo de desenvolvimento embasado numa relação menos degradante com a ecologia, e que vise a integração dos excluídos das políticas tradicionais, vítimas, em última instância, do histórico e exaurido modelo concentrador, inerente às políticas de modernização da agricultura. Esse é, em última instância, o desafio da imperiosa dimensão de sustentabilidade social no processo de desenvolvimento; ou seja, proporcionar condições de integração dos segmentos historicamente excluídos do modelo predominante de desenvolvimento rural.

5 - Conclusão

A abordagem do trabalho permite-nos entrever algumas conclusões. A primeira e mais evidente aponta-nos no sentido da existência de um significativo processo de transformação estrutural do que convencionalmente se definiu como "meio rural". Ou seja, está em curso uma dinâmica de reestruturação do meio rural, o que implica consideráveis modificações "internas" – como o fator do reordenamento territorial e de atividades – e, por conseqüência, engendra-se uma tendência de readequação dos papéis do meio rural para com o desenvolvimento social integral da sociedade brasileira.

Em função dessas transformações percebemos uma acentuação das discussões relativas aos novos padrões para o desenvolvimento rural; que estejam, evidentemente, em conformidade com suas novas configurações emergentes. Resulta disso, *a fortiori,* um novo entendimento do processo desenvolvimentista, consoante à emergência da noção de sustentabilidade (sócio-ambiental, principalmente), haja vista ser uma decorrência direta e realisticamente intrínseca à implementação histórica do padrão tradicional de desenvolvimento rural brasileiro.

Esse padrão, como sabemos, redundava numa perspectiva essencialmente economicista e mercadológica, implementando políticas de priorização setorial e segmentada, com favorecimento sistemático da agricultura patronal, em detrimento do elevado e significativo (em termos demográficos e de produção agropecuária) contingente de agricultores familiares. Ora, esse padrão, historicamente vigente, materializa concepções e tendências políticas profundamente contrárias à perspectiva do desenvolvimento sustentável. Contribui, portanto, consideravelmente, para o agravamento da crise ecológica

(do *oikos*[5] humano em suas dimensões básicas ambientais e sociais) inerente, por definição e prática, ao padrão tradicional de desenvolvimento rural.

As conseqüências naturais desse processo caminham, portanto, no sentido do empreendimento de estratégias de superação do padrão tradicional e obsoleto de desenvolvimento rural e para uma adoção gradativa, necessária e consciente, de novos padrões desenvolvimentistas em conformidade com os "ditames" da imperiosa noção do desenvolvimento sustentável.

Esse novo viés desenvolvimentista emergente se estrutura já com base em algumas perspectivas fundamentais. Torna-se crescentemente significativa, então, a noção do *desenvolvimento local, integrado e sustentável* para o âmbito rural brasileiro, congregando iniciativas fundamentadas na busca da construção de um novo paradigma desenvolvimentista cuja noção de sustentabilidade, e, portanto, de consciência ecológica, esteja na sua base.

Isso significa que o forjamento dessa alternativa desenvolvimentista sustentável fundamenta-se numa congregação de iniciativas e tendências oriundas de uma noção de organização social integral. Ou seja, além da necessidade de intervenção de políticas públicas, por exemplo, por parte do poder público constituído, faz-se necessário e está existindo, uma efetiva organização e ação consciente da sociedade civil. Isso é particularmente notório se consideramos que a construção de novas perspectivas desenvolvimentistas se faz pelo adensamento de iniciativas e sinergias, sendo um processo micro-social de construção coletiva, e, portanto, de participação e realização democrática.

---

[5] É importante lembrar que a palavra ecologia remete-nos ao entendimento da palavra grega *oikos,* que pode ser compreendida com a significação de *casa.* Nesse sentido, a atual crise ecológica representaria a crise da *casa comum* do ser humano (ou, melhor, da biodiversidade, já que estamos superando uma era antropocêntrica e forjando uma era biocêntrica), cujos pontos fundamentais residem em suas dimensões ambiental e social. É notório ressaltar, também, que o modelo economicista de desenvolvimento predominante afetou frontalmente e principalmente essas duas dimensões básicas do "oikos" humano.

6 - Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial.** São Paulo: MEAD, 1998a, 20p.

_____. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.** Seminário sobre reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Fortaleza: 1998b, 9p.

_____. **Do rural ao território: uma proposta de trabalho.** Anotações para o primeiro relatório do Projeto BRA/97/013, São Paulo/Rio de Janeiro: IPEA, 1998c, 13p.

ABRÚCIO, Fernando L.; COUTO, Cláudio G. **A redefinição do papel do Estado no âmbito local.** São Paulo em perspectiva, São Paulo: Fundação SEADE, v. 10, n. 3, p. 40-47, 1996.

BARONI, Margaret. **Ambigüidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável.** Revista de administração de empresas, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 14-24, abril/jun. 1992.

BAVA, S. Caccia. **Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise?** São Paulo em perspectiva, São Paulo: Fundação SEADE, v. 10, n. 3, p. 53-59, 1996.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO da SILVA, J. **Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro.** Seminário internacional "O Novo Rural Brasileiro", Campinas: IE/UNICAMP – Projeto Rurbano: março 1999, 20p.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação.** São Paulo: Cultrix, 1998.

_____ . **A teia da vida.** São Paulo: Cultrix, 1999.

CARNEIRO, Maria J. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf.** Estudos Sociedade e Agricultura, n. 8, p. 70-82, abril 1997.

CERNEA, Michael M. **Como os sociólogos vêem o desenvolvimento sustentável.** Finanças e desenvolvimento, p. 11-13, dez. 1993.

FLORES, Murilo X.; MACÊDO, M. M. Costa. **Políticas para o novo mundo rural brasileiro.** Seminário internacional "O Novo Rural Brasileiro", Campinas: IE/UNICAMP – Projeto Rurbano, março 1999, 11p.

KITAMURA, P. C. **Agricultura e desenvolvimento sustentável: uma agenda para discussão.** Ciência e ambiente, v. 4, n. 6, p. 37-49, jan./jun. 1993.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco, G. **A árvore do conhecimento.** Campinas: Editorial Psy II, 1995.

MEPF/MA/INCRA/SDR. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural: política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado.** Brasília: março de 1999, 46p., (versão preliminar).

REES, Colin. **Como os ecologistas vêem o desenvolvimento sustentável.** Finanças e Desenvolvimento, (?), p. 14-15, dez. 1993.

SALGADO, Silvia S. da Costa. **Experiências municipais e desenvolvimento local.** São Paulo em perspectiva, São Paulo: Fundação SEADE, v. 10, n. 3, p. 48-52, 1996.

SARACENO, Elena. **O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia.** Programa de seminários INEA sobre desenvolvimento nas áreas rurais, métodos de análise e políticas de intervenção. Roma: outubro 1996, 9p., (trad. de Ângela Kageyama).

STEER, Andrew; LUTZ, Ernest. **Como medir o desenvolvimento ambientalmente sustentável.** Finanças e Desenvolvimento, (?), p. 20-23, dez. 1993.

TRIGO, E.; KAIMOWITZ, D.; FLORES, R. **Bases para uma agenda de trabalho visando o desenvolvimento agropecuário sustentável.** Estudos econômicos, São Paulo, v. 24, n. especial, p. 31-97, 1994.

VEIGA, José Eli da. **Agricultura familiar e sustentabilidade.** Cadernos de ciência e tecnologia, Brasília, v. 13, n. 3, p. 383-404, 1996.

_____. **A opção pela agricultura familiar.** Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 127-146, nov. 1997.